



BANCO BV S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis do Banco BV S.A. (BV S.A., Companhia ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.
O Banco BV S.A. é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social atividades bancárias de crédito ao consumidor, instituição de pagamento, administração de cartões de crédito e arrendamento mercantil.
O Banco BV S.A. é controlado integralmente pelo Banco Votorantim S.A., e suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao

gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ri.bv.com.br/>.
Aquisição da Bankly
Em 02 de junho de 2023, o banco assinou o Acordo de Investimento definitivo para aquisição de 99,99% das ações da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Bankly) e o controle acionário da Accesspar Investimentos e Participações S.A. (Accesspar, holding da Bankly). A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (closing), após cumprimento das condições precedentes.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Resultado Bruto de Intermediação Financeira do Banco BV S.A. foi de R\$ 349,1 milhões, 60,0% inferior ao mesmo período do ano anterior,

quando registrou R\$ 873,1 milhões. Já o Resultado de Provisão para Perdas teve redução de 74,9% no mesmo período de comparação, para R\$ 309,5 mil. O Banco BV S.A. encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com prejuízo de R\$ 251,3 milhões, comparado ao prejuízo de R\$ 465,3 milhões registrado no mesmo período de 2023.
No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido do Banco BV S.A. era de R\$ 3.469,6 milhões.
A administração do Banco BV S.A. agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa		7.896.698	277.792
Disponibilidade		16.515	4.212
Aplicações interfinanceiras de liquidez		880.183	273.580
Ativos financeiros		5.377.514	5.223.224
Títulos e valores mobiliários	8b	1.124.743	780.418
Relações interfinanceiras	9a	66.067	121.403
Carteira de crédito	10a	3.909.328	3.996.495
Operações de crédito		1.385.257	1.202.211
Outros créditos com características de concessão de crédito		3.160.522	3.002.357
Operações de arrendamento mercantil		31.221	32.609
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(667.672)	(1.158.682)
Outros ativos financeiros	11	277.376	324.908
Ativos não financeiros mantidos para venda		97	156
Ativos fiscais		1.938.059	1.723.217
Ativos tributários correntes	19a	148.928	97.725
Ativos fiscais diferidos	19a.1	1.789.131	1.625.492
Investimentos		276.216	331.345
Participações em controladas e coligadas	12a	276.216	331.345
Intangível	13	124.415	157.425
Ativos intangíveis		182.518	201.663
(Amortização acumulada)		(58.103)	(44.238)
Outros ativos	11	68.001	127.681
Ativo		8.681.000	7.840.840
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			
Passivos financeiros		5.053.863	5.579.156
Depósitos	14a	1.700.897	2.343.175
Relações interfinanceiras	9a	3.159.272	3.049.257
Outros passivos financeiros	15	193.694	186.724
Passivos fiscais		20.187	36.202
Passivos tributários correntes	19b.1	9.402	12.220
Obrigações fiscais diferidas	19b.2	10.785	23.982
Provisões para contingências	22a	16.578	22.973
Outros passivos	15	120.724	165.373
Patrimônio líquido		3.469.648	2.037.136
Capital social	18a	4.200.131	2.500.131
Outros resultados abrangentes (Prejuízos) acumulados		(749.526)	(492.253)
Passivo e patrimônio líquido		8.681.000	7.840.840

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Capital realizado	Outros resultados abrangentes	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2022		1.300.131	(6.028)	(26.911)	1.267.192
Aumento de capital	18	1.200.000	-	-	1.200.000
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos (Prejuízo) do período		-	35.286	-	35.286
Saldos em 31.12.2023		2.500.131	29.258	(492.253)	2.037.136
Mutações do período		1.200.000	35.286	(465.342)	769.944
Saldos em 30.06.2024		2.500.131	29.077	(618.958)	1.910.250
Aumento de capital	18	1.700.000	-	-	1.700.000
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos (Prejuízo) do período		-	(16.034)	-	(16.034)
Saldos em 31.12.2024		4.200.131	13.043	(743.526)	3.469.648
Mutações do período		1.700.000	(16.034)	(124.568)	1.559.398
Saldos em 31.12.2023		2.500.131	29.258	(492.253)	2.037.136
Aumento de capital	18	1.700.000	-	-	1.700.000
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos (Prejuízo) do período		-	(16.215)	-	(16.215)
Saldos em 31.12.2024		4.200.131	13.043	(743.526)	3.469.648
Mutações do período		1.700.000	(16.215)	(251.273)	1.432.512

O Resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco BV S.A. (BV S.A. ou Banco) é uma companhia de capital fechado, subsidiária do Banco Votorantim S.A. Esta sediada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo - SP, Brasil.

As operações envolvem atividades bancárias de crédito ao consumidor, instituição de pagamento, administração de cartões de crédito e arrendamento mercantil. São conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.
Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2025.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.
O Banco não realiza compensações de ativos ou passivos, nem de receitas ou despesas, a menos que haja um direito legal de compensação e intenção de liquidar os valores de forma líquida ou simultânea.

Segundo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que estabelece as condições para dispensa de apresentação de Demonstrações Consolidadas, o Banco Votorantim S.A., controlador do Banco BV S.A., foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas pelo banco.
Esta forma, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Votorantim S.A. (Instituição líder) foram divulgadas incluindo a consolidação do Banco BV S.A., Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento (Bankly), Accesspar Investimentos e Participações S.A. (Accesspar) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV).

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES
Principais normas e alterações normativas que entrarão em vigor em períodos futuros
• **Resoluções CMN nº 4.966/2021, CMN 5.100/2023, CMN 5.146/2024 e complementares** - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e para a designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Para os requisitos de contabilidade de hedge, a vigência definida pelo Banco Central é 1º de janeiro de 2027.
• **Resolução CMN nº 4.975/2021** - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, aprova a adoção do CPC 06 (R2) que trata sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto como arrendadora quanto arrendatária. O impacto estimado da adoção da referida norma é imaterial para o Banco.
• **Resolução CMN nº 5.199/2024** - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, altera a Resolução CMN nº 4.955 a institui o cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório, em linha com as recomendações do Comitê de Basileia. Estabelece a adição ao capital principal do valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido decorrente da aplicação do novo modelo de provisionamento de perdas associadas ao risco de crédito.
Plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021
A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu alterações substanciais para as instituições financeiras e o banco realizou os trabalhos para adequação à nova regra, viabilizando sua adoção a partir de janeiro de 2025.
O conglomerado, o qual o BV S.A. é integrante, planejou e executou a adesão aos novos critérios por meio de um projeto interno abrangente. Este projeto incluiu o desenho e construção dos requisitos técnicos, testes em ambiente de homologação e a capacitação e aculturação dos profissionais de diversas áreas. Além disso, o projeto viabilizou a reformulação de políticas e procedimentos internos, e a adequação do ambiente sistêmico em toda a esteira operacional, incluindo as áreas de Negócios e Controles.
Principais mudanças na adoção da Resolução CMN 4.966/2021 e seus impactos quantitativos estimados

I. Classificação de Instrumentos Financeiros:
• **Descrição:** Baseada no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa do instrumento financeiro. Não há expectativa de impacto relevante de adoção inicial por efeitos prospectivos no BV S.A.
II. Provisão para Perdas:
• **Descrição:** Perdas esperadas em três estágios com pisos mínimos definidos pelo Banco Central. Os pisos mínimos são qualificados como perda incorrida, enquanto montantes acima desses pisos são qualificados como perdas esperadas. Os ativos financeiros migrarão entre estágios conforme o risco de crédito aumenta ou diminui, sendo o estágio 3 o de maior risco.
Impacto: Aumento na provisão para perdas de aproximadamente R\$ 390 milhões líquido de impostos, ocasionando uma redução no patrimônio líquido do BV S.A.
III. Taxa de Juros Efetiva:
• **Descrição:** Devem ser diferidas e controladas como parte integrante da taxa de juros efetiva, quando assim qualificadas. Não há expectativa de impacto de adoção inicial por efeitos prospectivos no BV S.A.
IV. Stop Accrual:
• **Descrição:** Deve ser realizado quando o ativo atingir 90 dias de atraso ou antes, se considerado "ativo problemático" (estágio 3). Não há expectativa de impacto relevante de adoção inicial referente aos efeitos do reconhecimento de juros de operações com atraso entre 60 e 90 dias.
V. Baixa para Prejuízo:
• **Descrição:** Os ativos deverão ser baixados quando não for provável que a instituição recupere seu valor. Não há expectativa de impacto relevante de adoção inicial por efeitos prospectivos no BV S.A.
VI. Reestruturação:
• **Descrição:** O valor contábil bruto do ativo reestruturado deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. Não há expectativa de impacto relevante de adoção inicial no BV S.A.

Impactos fiscais
A Lei nº 14.467/2022, com alterações da Lei nº 15.078/2024, estabelece novos critérios para o tratamento tributário de créditos de instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir perdas com créditos inadimplidos e operações com empresas em falência ou recuperação judicial. Perdas não deduzidas até 31 de dezembro de 2024 poderão ser excluídas do lucro líquido de 1º de janeiro de 2025 até 31 de janeiro de 2026. O aumento estimado no saldo de Ativos Fiscais Diferidos é de aproximadamente R\$ 320 milhões, com expectativa de realização em até 10 anos.
Considerações adicionais
A aplicação da norma impactará os resultados do banco a partir de 1º de janeiro de 2025, principalmente devido ao novo modelo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e à aplicação dos conceitos de taxa efetiva de juros. A estimativa do impacto que será reconhecido em lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido é uma redução de aproximadamente R\$ 390 milhões líquido de impostos.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS
a) Apuração do resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.
b) Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.
c) Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e baixo risco de mudança de valor, com vencimentos de até 90 dias a partir da data de aplicação.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.
e) Ativos financeiros
1 - Títulos e valores mobiliários - TVM
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificadas em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:
Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos

efeitos tributários; e
Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.
As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.
Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

II - Metodologia de ajuste ao valor de mercado
A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas. São empregadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis (níveis 2 e 3 da hierarquia do valor justo). Tal aplicação incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.
A metodologia de ajuste ao valor justo foi estabelecida com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação na data da apuração. Na ausência desse preço, utiliza-se o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgado por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por modelos de precificação. Esses modelos utilizam curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de ajustes para títulos de baixa liquidez. Todos esses parâmetros são devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo também contempla o risco de crédito do emissor, por meio do ajuste de spread de crédito.
As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificadas como organização de capital de risco, independentemente de exercer influência significativa, são classificadas como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no Patrimônio Líquido e integram a carteira de investimentos da companhia com o objetivo de iniciar investimentos visando fortalecimento com parcerias e geração de negócios através de sinergias.
Segundo diretrizes do Banco Central do Brasil, o conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:
• Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo; e
• Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos (ou qualquer outra forma de distribuição de rendimentos), como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.
As aplicações em cotas detidas pelo Banco, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito
As operações são registradas a valor presente e a receita reconhecida no resultado do período *pro rata die* com base na taxa de juros pactuada.
A carteira de crédito é classificada pelo nível de risco e o provisionamento feito através de modelos quantitativos considera o atraso, risco específico da contraparte, conjuntura econômica, experiência passada e outros riscos. A mensuração das perdas associadas ao risco de crédito requer aplicação de premissas e julgamentos significativos pela Administração.
Operações com atraso superior a 14 dias são consideradas em curso anormal. Operações com atraso acima de 90 dias indicativas de não realização são consideradas como Ativos Problemáticos. Operações de crédito problemáticas podem voltar a ser consideradas em curso normal se houver evidência de que o devedor retomou a capacidade de honrar suas obrigações. A partir de 60 dias de atraso, o reconhecimento das receitas é suspenso.
Operações com atraso superior a 180 dias, normalmente com 100% (cem por cento) de provisão, estão sujeitas ao *write-off* (baixadas contra a provisão existente) e passam a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As operações renegociadas mantêm a classificação original - anterior à renegociação - e, se já baixadas a prejuízo, voltam as contas patrimoniais totalmente provisionadas. Os ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
Intangíveis
Os ativos intangíveis referem-se basicamente a *softwares*, licenças e direitos de uso. A amortização de ativos intangíveis é efetivada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado. A vida útil de 90 dias indicativos de não realização são consideradas como Ativos Problemáticos, após alterações significativas nas premissas utilizadas.
Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros
Intangível: o teste de recuperabilidade consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software*, licença e direito de uso não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, constitui-se uma provisão ou é feita a baixa imediata do ativo.
Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários
As realizações dos ativos fiscais diferidos estão suportadas por projeções orçamentárias da instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, bem como desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.
A utilização de estimativas de rentabilidade futura incorre em alto grau de julgamento e, considerando a representatividade dos saldos de ativos fiscais diferidos, pode produzir impactos relevantes diante de mudanças nas premissas aplicadas para as Demonstrações Contábeis.
h) Ativos e passivos contingentes - fiscais, civis e trabalhistas
Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Banco constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, civil e trabalhista por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.
A avaliação de prognósticos de perda considera a probabilidade de desembolsos do conglomerado, levando em conta as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e envolve um alto grau de julgamento.
Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.
Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, para evitar o reconhecimento de receitas que podem nunca ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, o ativo passa a ser reconhecido, uma vez que deixa de ser considerado contingente.

5. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS
a) Aquisição da Bankly
Em 02 de junho de 2023, o BV S.A. assinou o Acordo de Investimento definitivo para aquisição das ações da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Bankly) e o controle acionário da Accesspar Investimentos e Participações S.A. (Accesspar, holding da Bankly). A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (closing).
b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV)
Em 4 de dezembro de 2024, o BV S.A. adquiriu as cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV), anteriormente detidas pelo Banco Votorantim S.A., tornando-se o controlador do FIDC com 42,49% de participação e retendo substancialmente os riscos e benefícios por meio de cotas subordinadas.

	2º Semestre/ 2024	2º Semestre/ 2023	Exercício/ 2024	Exercício/ 2023
Resultado não recorrente - Resolução BCB nº 2/2020	-	-	(43.335)	-
Resultado decorrente de ações fiscais, líquido de impostos	-	-	(43.335)	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	2º Semestre 2024	2023	Exercício 2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		427.076	592.977	847.485	1.233.421
Operações de crédito e arrendamento mercantil	10b	312.987	546.880	680.090	1.151.558
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8c	100.655	20.386	118.741	49.632
Resultado das aplicações compulsórias	9b	6.840	8.489	13.824	15.009
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	10h.2	6.594	17.222	34.830	17.222
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(98.848)	(160.191)	(498.362)	(360.251)
Operações de captação no mercado	14c	(98.848)	(101.574)	(216.654)	(241.985)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	10h.2	-	(58.617)	(281.708)	(118.266)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		328.228	432.786	349.123	873.170
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(310.150)	(578.961)	(309.537)	(1.232.220)
(Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	10f.1	(309.340)	(577.466)	(303.518)	(1.230.725)
Outras (provisões)/reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	10f.1	(810)	(1.495)	(6.019)	(1.495)
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(137.398)	(250.845)	(354.054)	(462.424)
Receitas de prestação de serviços	16a	128.840	124.559	246.960	243.584
Rendas de tarifas bancárias	16b	50.870	43.876	100.464	86.859
Despesas de pessoal	16c	(75.437)	(97.868)	(161.793)	(214.148)
Outras despesas administrativas	16d	(68.087)	(260.122)	(337.095)	(428.863)
Despesas tributárias	19c	(31.642)	(40.779)	(61.548)	(81.735)
Resultado de participações em controladas e coligadas	12a	(45.495)	(4.910)		



BANCO BV S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

→ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades	16.515	4.212
Disponibilidades em moeda nacional	10.152	503
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.363	3.709
Aplicações interfinanceiras de liquidez¹	880.183	273.580
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	880.183	273.580
Total	896.698	277.792

¹ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2024		31.12.2023	
	Total	% Carteira	Total	% Carteira
1 - Títulos para negociação ¹	52.812	5%	8.601	1%
2 - Títulos disponíveis para venda	1.071.931	95%	771.817	99%
Valor contábil/valor justo da carteira	1.124.743	100%	780.418	100%
Ativo não circulante	311.303	—	8.601	—
Ativo circulante	813.440	—	771.817	—

¹ Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, conforme a Circular Bacen nº 3.068/2001.

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento	31.12.2024					31.12.2023					
	Valor de mercado					Valor de mercado					
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
1 - Títulos para negociação	—	—	43.262	9.550	—	52.805	52.812	7	8.598	8.601	3
Títulos públicos	—	—	43.262	9.550	—	52.805	52.812	7	8.598	8.601	3
Letras Financeiras do Tesouro	—	—	43.262	9.550	—	52.805	52.812	7	8.598	8.601	3
2 - Títulos disponíveis para venda	77.258.413	—	—	—	—	1.048.058	1.071.931	23.874	718.613	771.817	53.204
Títulos públicos	258.413	—	—	—	—	258.431	258.413	(17)	284.223	258.637	(5.586)
Notas do Tesouro Nacional	258.413	—	—	—	—	258.431	258.413	(17)	284.223	258.637	(5.586)
Títulos privados	77.258.413	—	—	—	—	813.441	789.627	813.518	23.891	454.390	513.180
Cotas de fundos de investimentos ¹	77.258.413	—	—	—	—	813.441	789.627	813.518	23.891	454.390	513.180
Total	77.258.413	43.262	9.550	1.100.863	1.124.743	23.881	727.211	780.418	53.207		

¹ A partir de 04 de dezembro de 2024 o BVSA passou a ser o controlador do FIDC BV detendo 42,49% de participação e retendo, substancialmente, os riscos e benefícios, por meio de cotas subordinadas. As Demonstrações Consolidadas do Banco Votorantim S.A. contemplam a consolidação do BV S.A. e de suas controladas.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez	72.346	8.026	79.752	27.468
Títulos de renda fixa	11.815	9.842	22.474	19.616
Aplicações em fundos de investimento	16.494	1.879	16.515	1.309
Aplicações em moeda estrangeira ¹	—	639	—	639
Total	100.655	20.386	118.741	49.632

¹ Inclui variação cambial sobre ativos.

d) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

9. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Composição

Ativo	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Créditos vinculados - Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	66.067	121.403	66.067	121.403
Operações de microfinanças	—	3.423	—	2.404
Pagamentos instantâneos	—	62.644	—	118.999
Passivo	3.159.272	3.049.257	3.159.272	3.049.257
Pagamentos e recebimentos a liquidar - Transações de pagamento	3.159.272	3.049.257	3.159.272	3.049.257
Cartões de crédito	—	66.067	—	121.403
Ativo circulante	—	3.159.272	—	3.049.257

b) Resultado das aplicações compulsórias

	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	6.840	8.489	13.824	15.009
Pagamentos instantâneos	6.840	8.489	13.824	15.009
Total	6.840	8.489	13.824	15.009

10. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

Operações de crédito	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos e títulos descontados	1.385.257	100,00%	1.210.211	100,00%
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.160.522	3.002.357	3.160.522	3.002.357
Operações com cartões de crédito	31.223	0,68%	32.588	0,63%
Carteira de arrendamento mercantil	31.221	32.609	4.577.000	5.155.177
Total da carteira de crédito	(667.672)	(1.158.682)	(616.589)	(1.106.584)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Operações de crédito)	—	(168)	—	(199)
(Outros créditos com características de concessão de crédito) (Carteira de arrendamento mercantil)	—	—	(50.915)	(51.899)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	3.909.328	3.996.495	3.573.676	3.565.484
Ativo circulante	—	335.652	—	431.031
Ativo não circulante	—	—	—	—

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Operações de crédito	316.549	544.986	678.533	1.145.377
Empréstimos e títulos descontados	316.562	544.333	678.138	1.145.152
Outras	(13)	653	395	2.225
Arrendamento mercantil	(3.562)	1.894	1.557	6.181
Total	312.987	546.880	680.090	1.151.558

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

Setor privado	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa física	4.545.777	99,32%	5.122.599	99,37%
Pessoa jurídica	9.012	0,20%	13.585	0,26%
Serviços	5.903	0,13%	3.470	0,07%
Automotivo	4.621	0,10%	2.762	0,05%
Comércio varejista	4.386	0,10%	6.722	0,13%
Demais atividades	7.301	0,15%	6.049	0,12%
Total	4.577.000	100,00%	5.155.177	100,00%

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

Parcelas vincendas	31.12.2024								31.12.2023		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2024	31.12.2023
Operações em curso normal	7.979	2.741	0.037	278.210	395.367	156.825	62.040	25.988	41.594	3.743.554	3.799.561
1 a 30	235	1.017.641	94.334	133.513	39.641	12.935	5.276	7.635	8.090	1.319.300	1.322.047
31 a 60	235	504.775	49.096	69.328	20.494	6.835	2.813	4.155	3.683	661.414	630.400
61 a 90	234	301.564	36.616	51.561	15.827	5.358	2.270	3.300	2.636	419.366	454.678
91 a 180	699	570.307	39.893	53.902	29.153	11.634	5.034	7.792	5.865	724.279	715.615
181 a 360	1.295	324.136	44.731	64.003	28.519	13.378	6.187	10.463	7.174	499.886	490.235
Acima de 360	5.281	22.614	13.540	23.063	23.191	11.900	4.408	8.249	7.066	119.309	186.586
Parcelas vencidas	—	26.839	2.209	4.522	6.734	3.773	1.845	3.304	2.253	51.479	71.355
Até 14 dias	—	26.839	2.209	4.522	6.734	3.773	1.845	3.304	2.253	51.479	71.355
Subtotal	7.979	2.767.876	280.419	399.889	163.559	65.813	27.833	44.898	36.767	3.795.033	3.870.916
Operações em curso anormal¹	—	22.206	31.262	11.582	2.180	3.304	6.081	3.117	79.732	105.311	105.311
01 a 30	—	7.799	7.019	2.356	516	746	1.268	593	20.297	26.608	26.608
31 a 60	—	4.251	5.854	1.799	580	553	949	514	14.500	19.201	19.201
61 a 90	—	3.179	3.872	1.781	516	544	945	485	11.322	14.737	14.737
91 a 180	—	5.428	8.744	1.894	116	272	974	551	17.977	24.448	24.448
181 a 360	—	681	3.064	1.911	120	600	985	527	7.888	10.343	10.343
Acima de 360	—	870	2.709	1.841	332	589	960	447	7.748	9.974	9.974
Parcelas vencidas²	—	16.115	33.915	52.910	58.330	49.780	104.073	387.112	702.235	1.178.950	1.178.950
01 a 14	—	1.878	2.152	1.828	3.652	391	1.031	483	11.415	13.581	13.581
15 a 30	—	14.237	1.626	3.605	2.700	1.145	1.713	1.012	26.038	31.822	31.822
31 a 60	—	—	30.137	8.246	7.041	3.464	4.463	2.547	55.898	74.355	74.355
61 a 90	—	—	—	—	39.231	3.926	2.428	14.582	18.737	78.904	102.908
91 a 180	—	—	—	—	—	41.011	42.352	82.284	63.242	228.889	308.047
181 a 360	—	—	—	—	—	—	—	301.091	301.091	648.237	648.237
Subtotal	—	7.979	2.767.876	318.740	465.066	228.051	126.323	80.917	155.052	426.996	4.577.000
Total	—	7.979	2.767.876	318.740	465.066	228.051	126.323	80.917	155.052	426.996	4.577.000

¹ Inclui somente operações com pelo menos uma parcela com atraso superior a 14 dias.

² A companhia não adota a contagem em dobro para as operações de crédito.

e) Constituição da provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de risco	31.12.2024			31.12.2023		
	% Mínimo de Provisão	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida
AA	0,00%	7.979	—	—	3.750	—
A	0,50%	2.767.875	(13.839)	(13.839)	2.866.349	(14.331)
B	1,00%	318.740	(3.187)	(3.187)	267.294	(2.872)
C	3,00%	465.067	(13.952)	(13.952)	459.833	(13.795)
D	10,00%	228.052	(22.80			



BANCO BV S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

→ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
f) Outras despesas operacionais				
Custos associados à produção - Parceiros comerciais ¹	(13.518)	(2.557)	(28.726)	(26.702)
Custos associados à produção - Outras despesas	(20.424)	(27.514)	(33.817)	(55.135)
Demandas cíveis	(5.036)	(4.639)	(9.526)	(9.337)
Demandas fiscais ²	(262)	(256)	(77.374)	(495)
Perdas operacionais	(8.233)	(622)	(8.795)	(897)
Outras	(3.549)	(5.865)	(5.874)	(6.405)
Total ³	(51.022)	(41.453)	(164.112)	(98.971)

¹ Referem-se, principalmente, aos custos relacionados a emissão de cartões de crédito.
² Inclui adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado 2024 (Nota 21b.1).
³ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS				
Outras receitas		2.570		2.606
Reversão de provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	-	(15)	-	21
Reversão de provisão para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais	-	2.486	-	2.486
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	-	99	-	99
Outras despesas	(41.782)		(69.922)	
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantido para venda	(48)	-	(64)	-
Baixas de ativos intangíveis	(5.885)	-	(34.009)	-
Provisão para perda ao valor recuperável (impairment) em participações societárias ¹	(35.849)	-	(35.849)	-
Total ²	(41.782)	2.570	(69.922)	2.606

¹ Em 31 de dezembro de 2024, refere-se ao impairment de participação nas empresas do grupo Portal Solar S.A.
² Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
a) Capital social				
O Capital social da companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 4.200.131 (R\$ 2.500.131 em 31 de dezembro de 2023), está representado por 2.970.320 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.601.913 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023).				
Em 01 de julho de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital social do Banco BV S.A. no montante de R\$ 1.700.000. O Capital Social passa de R\$ 2.500.131 para R\$ 4.200.131, mediante a emissão de 1.368.407 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.242,32 por ação, homologado pelo Banco Central do Brasil em 21 de agosto de 2024.				
Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de Capital social do Banco BV S.A. no montante de R\$ 1.200.000. O Capital Social passa de R\$ 1.300.131 para R\$ 2.500.131, mediante a emissão de 779.143 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.540,153 por ação, homologado pelo Banco Central do Brasil em 11 de julho de 2023.				
b) Reserva de lucros				
Reserva legal				
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante da Reserva de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.				
Reserva estatutária				
A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não deliberada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.				
c) Prejuízos acumulados				
Eventual prejuízo apurado ao final do exercício é absorvido por lucros acumulados, reservas de lucros (exceto reserva legal), reserva legal e reservas de capital, nesta ordem. Os prejuízos acumulados também podem ser absorvidos por redução de capital previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.872/2020.				
d) Resultado por ação				
(Prejuízo) (R\$ mil)	(124.568)	(228.017)	(251.273)	(465.342)
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ^{1 2}	2.970	2.970	2.970	2.970
(Prejuízo) líquido por lote de mil ações (básico e diluído) (R\$)	(41,94)	(76,77)	(84,60)	(156,68)
¹ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.				
² O número médio ponderado de ações foi representado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido ao aumento de capital, descrito na nota 18a, em conformidade com o CPC 41.				

	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
19. TRIBUTOS				
a) Ativos fiscais				
Total de ativos fiscais reconhecidos			31.12.2024	31.12.2023
Ativos tributários correntes ¹			148.928	97.725
Ativos fiscais diferidos (Nota 9a.1)			1.789.131	1.625.492
Total			1.938.059	1.723.217
Ativo circulante			1.198	3.422
Ativo não circulante			1.936.861	1.719.795
¹ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.				
a.1) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Reconhecidos)			31.12.2023	Exercício/2024
			31.12.2024	31.12.2024
			Saldo inicial	Movimentação no período
Diferenças temporárias	1.243.361	570.960 (404.545)	1.409.776	1.409.776
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	1.182.764	539.854 (383.271)	1.339.347	1.339.347
Provisões passivas	54.218	20.579 (19.737)	55.060	55.060
Outras provisões	6.379	10.527 (1.537)	15.369	15.369
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	382.131	- (2.776)	379.355	379.355
Total dos créditos tributários ativados	1.625.492	570.960 (407.321)	1.789.131	1.789.131
Imposto de renda	1.071.460	316.793 (227.557)	1.160.696	1.160.696
Contribuição social	554.032	254.167 (179.764)	628.435	628.435
Expectativa de realização				
A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2024.				
			Valor nominal	Valor presente
Em 2025			48.932	42.319
Em 2026			140.130	107.994
Em 2027			148.677	101.977
Em 2028			161.870	98.914
Em 2029			183.489	99.830
De 2030 a 2031			396.430	180.773
De 2032 a 2034			709.603	237.220
Total de créditos tributários			1.789.131	869.027

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, observou-se a realização de créditos tributários na companhia no montante de R\$ 465.858 (R\$ 279.355 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), correspondente a 176% (55% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) da respectiva estimativa de realização fiscal do saldo de créditos tributários para todo o ano de 2024, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023.

	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ¹	Diferenças intertemporais ²		
Em 2025	2%	3%		
Em 2026	0%	10%		
Em 2027	3%	10%		
Em 2028	7%	10%		
Em 2029	10%	10%		
De 2030 a 2031	34%	19%		
De 2032 a 2034	44%	38%		
¹ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.				
² A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).				
a.2) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Não reconhecidos)				
	31.12.2024	31.12.2023		
Parcela de prejuízos fiscais	48.371	48.371		
Total dos créditos tributários não ativos - Imposto de renda	48.371	48.371		
O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis somente quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.				
b) Passivos fiscais				
b.1) Passivos tributários correntes				
	31.12.2024	31.12.2023		
IOF a recolher	1.152	1.591		
Impostos e contribuições a recolher	8.250	10.629		
Total ¹	9.402	12.220		
¹ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.				
b.2) Obrigações fiscais diferidas				
	31.12.2024	31.12.2023		
Ajustes de valor de mercado de instrumentos financeiros	10.785	23.982		
Total	10.785	23.982		
Imposto de renda	5.992	13.323		
Contribuição social	4.793	10.659		
c) Despesas tributárias				
	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
COFINS	(23.778)	(31.453)	(46.262)	(63.294)
ISSQN	(3.650)	(3.635)	(7.232)	(7.070)
PIS	(3.864)	(5.111)	(7.518)	(10.285)
Outras	(350)	(580)	(536)	(1.086)
Total	(31.642)	(40.779)	(61.548)	(81.735)
d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)				
d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL				
	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Valores correntes	(14.041)	5.543	(14.037)	8.960
IR e CSLL no País - Corrente	(14.041)	5.543	(14.041)	(2.932)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	-	-	4	11.892
Valores diferidos	67.287	177.529	163.637	383.830
Ativo fiscal diferido	67.287	177.529	163.637	383.830
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(180.723)	1.038	(2.776)	96
Diferenças temporárias	248.008	176.489	166.415	383.734
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	2	2	(2)	-
Total	53.246	183.072	149.600	392.790
d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL				
	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Resultado antes dos tributos e participações	(161.102)	(394.450)	(384.390)	(818.868)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	72.495	177.503	172.975	368.491
Resultado de participação em controladas e coligadas	(26.394)	(1.653)	(34.215)	(3.111)
Participação nos lucros e resultados	7.520	7.488	7.417	17.669
Outros valores	(375)	(266)	3.423	9.741
Imposto de renda e contribuição social do período	53.246	183.072	149.600	392.790

20. PARTES RELACIONADAS
 As operações com partes relacionadas compreendem, além das operações com o Banco Votorantim e suas controladas, o conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A.
 O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, incluindo depósitos não remunerados em conta corrente e depósitos remunerados. Além disso, há ainda contratos de prestação de serviços para rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos com o Banco Votorantim S.A. Essas transações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros na data das operações, quando aplicável, e não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2024				
	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim e Controladas	Votorantim S.A.	Outras	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	-	880.183	-	-	880.183
Outros ativos	368	9.509	26.690	51.748	88.315
Passivos					
Depósitos	-	(623.319)	-	-	(623.319)
Outros passivos	-	(8.598)	-	-	(8.598)
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	81.477	-	-	81.477
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	(93.524)	-	-	(93.524)
Exercício/2024					
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	98.021	-	-	98.021
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	(223.213)	-	-	(223.213)
31.12.2023					
	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim e Controladas	Votorantim S.A.	Outras	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	-	273.580	-	-	273.580
Outros ativos	73	77.406	17.321	41.399	136.199
Passivos					
Depósitos	-	(1.942.729)	-	-	(1.942.729)
Outros passivos	-	(71.418)	-	-	(71.418)
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	8.026	-	-	8.026
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	(61.849)	-	-	(61.849)
Exercício/2023					
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	27.468	-	-	27.468
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	(222.138)	-	-	(222.138)

¹ Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificadas como Caixa e equivalentes de caixa.
21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
 Os principais benefícios aos empregados incluem seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros. Destacam-se os programas de remuneração variável, com duração de até 4 anos, condicionado ao desempenho da organização. Este plano visa atrair, motivar e reter talentos, alinhar interesses dos executivos aos dos acionistas, gerar resultados e criar valor sustentável. No período findo em 31 de dezembro de 2024, foram reconhecidos no resultado a despesa de R\$ 3.529 em incentivos de longo prazo (R\$ 2.888 no mesmo período de 2023). Esses incentivos tornam-se de direito entre 1 e 4 anos após a concessão.
 Em 31 de dezembro de 2024, o Banco registrou R\$ 6.575 referente a incentivos de longo prazo em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" (R\$ 6.939 em 31 de dezembro de 2023).

	Exercício/2024	Exercício/2023		
Movimentação de ações virtuais				
Plano ILP				
Quantidade inicial	1.990.339	882.000		
Pagamentos/Outros	(889.172)	-		
Novas/Atualizações	160.000	1.108.339		
Quantidade final ¹	1.261.167	1.990.339		
¹ O Plano ILP para executivos entrou em vigor no exercício de competência de 2021.				
Além dos benefícios do acordo coletivo, o BV S.A. oferece previdência privada nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), contribuindo para a renda complementar na aposentadoria. O programa de previdência privada visa reforçar o vínculo de longo prazo, conscientizar sobre planejamento financeiro e complementar a renda na aposentadoria.				
22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES				
a) Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis				
	31.12.2024	31.12.2023		
Demandas fiscais	7.500	12.360		
Demandas cíveis	9.078	10.613		
Total	16.578	22.973		
a.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis				
	2º Semestre/2024	2º Semestre/2023	Exercício/2024	Exerc



BANCO BV S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas e coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/28/BANCOBV1581612928032025.pdf>
Hash: 1743111002b3e4a104e932474fac9d22b27ece76be